

ALIMENTOS E DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

Jorge Luis Costa Beber *

Na ação de alimentos, como ocorre em qualquer demanda envolvendo litigiosidade, também incidem os dizeres previstos no art. 333 do CPC, pois provar, nas palavras de José Francisco Pellegrini¹, é essencial para o êxito do processo.

Ainda que admitido certo temperamento diante das peculiaridades da ação alimentar, não se pode olvidar que ao autor incumbe demonstrar os fatos constitutivos do seu direito, que podem ser resumidos na prova da relação de parentesco com o réu, as suas necessidades, assim como as possibilidades daquele contra quem a ação é dirigida.

Alusivamente à prova de parentesco, que obrigatoriamente deverá ser documental, não se vislumbra maior dificuldade para sua produção, bastando, via de regra, tão-somente a apresentação da certidão de nascimento ou de casamento da parte demandante.

Do mesmo modo, no que respeita às necessidades daquele que reclama o pensionamento almejado, não existem maiores entraves, devendo, apenas, tanto quanto possível, sem um rigor extremado, ser demonstrada a inexistência de meios suficientes para a respectiva manutenção, sendo de convir que em muitos casos, mormente naqueles envolvendo

* Juiz de Direito em Criciúma, Santa Catarina.

1 Do ônus da prova — Crítica do art. 333 do CPC, Revista Ajuris n. 16, pág. 45.

menores impúberes sob a guarda da mãe desempregada, tal necessidade é até mesmo presumida.

A maior dificuldade do demandante, fundamentalmente, reside na obtenção das provas pertinentes às possibilidades do réu para arcar com a verba alimentar perseguida, máxime quando não ostenta ele a condição de simples assalariado, funcionário público ou militar, categorias que possibilitam a verificação dos respectivos ganhos através da simples análise da folha de pagamento, demonstrativo de salários, proventos, subsídios ou soldo.

Não obstante a ampla ensancha probatória admitida nas ações de alimentos, remarcadas, segundo Yussef Said Cahali², com grande carga de inquisitividade, é inocultável que o demandante, em determinadas circunstâncias, encontra sérias e muitas vezes insuperáveis dificuldades para comprovar que o demandado possui solvabilidade suficiente para arcar com a obrigação alimentar no patamar pretendido.

Entre as situações mais complexas para realização eficaz da prova acerca dos efetivos rendimentos do demandado está aquela que envolve a figura do titular de cotas de sociedade mercantil, condição que propicia as mais variadas formas para contornar, omitir, simular e falsear os ganhos efetivamente percebidos pelo sócio compelido a cumprir com a sua obrigação de sustento, viabilizando, ainda, o acobertamento do seu patrimônio pessoal.

Em muitos casos, pais ou cônjuges insensíveis, relapsos e irresponsáveis se utilizam da pessoa jurídica que integram como sócios para montar diversos estratagemas, tudo com a inequívoca e deliberada intenção de impedir que o autor da ação de alimentos possa demonstrar, através de dados concretos e escoimados de dúvidas, os reais rendimentos por eles percebidos ou seus respectivos bens particulares.

Assim, balanços fraudulentos são montados, transferências fictícias de cotas são realizadas, “testas-de-ferro” são arregimentados, vencimentos simbólicos são registrados, arcando a sociedade com o pagamento das despesas pessoais do alimentante, lançadas na contabilidade sob outra rubrica. E mais: há casos em que incorporações ou fusões societárias são manobradas tão-somente com a intenção de eclipsar os rendimentos e o patrimônio pessoal do sócio, deliberadamente integralizado como capital social.

2 Alimentos, 2ª ed., RT, pág. 628.

Trata-se, sem dúvida, de comportamento falaz, ignóbil sob todos os aspectos, máxime quando evidenciado que a ostentação de riqueza do alimentante não condiz com o quadro de penúria arditamente pintado no curso da instrução processual. Tal situação resulta ainda mais grave quando demonstrado que os filhos e cônjuge, antes de quebrada a harmonia conjugal e familiar, viviam com um padrão superior, reduzido, repentinamente, quase à indigência.

O Judiciário, por certo, não pode ser complacente com tamanho embuste, resultando daí, diante do conjunto probatório formado e com base no princípio da persuasão racional, a possibilidade de utilização daquilo que se convencionou denominar de Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica, cuja gênese dimana do direito norte-americano, onde esta desestimação corporativista resultou na criação da chamada *disregard doctrine*.

Com efeito, é certo, conforme disciplina o art. 20 do Código Civil, que as pessoas jurídicas têm existência distinta da dos seus sócios, advertindo Pontes de Miranda³, no particular, que o patrimônio da sociedade, uma vez personificada, não é comum: é da sociedade.

Nesse diapasão, não há nenhuma dificuldade em reconhecer que o sócio-alimentante, na condição de quotista, não possui direitos líquidos, mas apenas uma expectativa decorrente de um direito patrimonial de crédito, condicionado à existência de lucros, de onde resultam os seus rendimentos, salário ou pró-labore, e à existência de ativos líquidos, quando dissolvida a sociedade.

O problema surge quando o respectivo sócio, demandado em ação alimentar, busca, sob o manto da personalidade jurídica, turvar a sua realidade financeira e o seu acervo patrimonial, procurando, mediante as fraudes antes referidas, obnubilar dados que deveriam transparecer claros e precisos, especialmente diante da requisição judicial para apresentação dos rendimentos por ele percebidos.

Impõe-se, então, diante de tal comportamento, a utilização da teoria da *disregard*, que, segundo Fábio Ulhoa Coelho⁴, não postula a invalidade, irregularidade ou dissolução da sociedade desconsiderada, mas toma como episodicamente ineficaz o ato constitutivo da pessoa jurídica, que será ignorada apenas no julgamento da conduta fraudulenta ou abusiva da pessoa que a utilizou indevidamente, permanecendo existente, váli-

3 Tratado, vol. 49, § 5.178, n. 1.

4 O empresário e os direitos do consumidor. Saraiva, 1994, pág. 215.

da e eficaz em relação a todos os demais aspectos de suas relações jurídicas.

Busca-se, através deste despretenso estudo, a utilização do referido entendimento também no Direito de Família, seguindo o exemplo de outros ramos da ciência jurídica, que passaram a viabilizar o superamento da autonomia da pessoa jurídica, inclusive no aspecto patrimonial. Nesse sentido, apenas para exemplificar, impende registrar os comandos legais insculpidos no art. 2º, § 2º, da CLT, arts. 133, inc. II, 134, inc. VIII, e 135, do Código Tributário Nacional, e art. 28, §§ 2º a 5º, do Código de Defesa do Consumidor.

Na seara familiar, em especial no tocante aos alimentos, estimo ser perfeitamente viável o uso da teoria ora em exame, tanto na fase de cognição, como na execução, sobretudo nesta última, já que a constrição de bens para satisfação do débito alimentar impõe-se cada vez mais como medida necessária e imprescindível, fruto do entendimento jurisprudencial vigente, contra o qual mantenho reservas pessoais⁵, que limita a utilização da modalidade executiva prevista pelo art. 733 do CPC.

Certamente, mantida a redação do art. 50 do atual Projeto do Novo Código Civil⁶, diga-se, em fase de ultimateção no Congresso Nacional, a teoria ora em comento passará a ser utilizada com maior frequência, especialmente nos juízos monocráticos, onde ainda se encontra alguma resistência ortodoxa e dogmática em sentido contrário.

O professor e advogado Rolf Madaleno⁷, reconhecido talento gaúcho das letras jurídicas envolvendo o Direito de Família, observa, com sua peculiar acuidade, que no aspecto alimentar é comum a existência de demandas revisionais de redução ou majoração de pensões em que o mote defensivo do devedor alimentar baseia-se na invencível diminuição da sua participação societária, quando não se torna um sócio oculto, com poderes de gestão conferidos por mandato, em claro acinte à capacidade intelectual do julgador e do alimentário.

5 O período de inadimplência como requisito para o decreto prisional decorrente de dívida alimentar. Revista Jurisprudência Catarinense, vol. 79, pág. 27.

6 Art. 50: “*Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, o juiz pode decidir, a requerimento da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica*”.

7 Direito de Família — Aspectos polêmicos, Livraria do Advogado, 1998, pág. 29; e Revista Ajuris 57, pág. 63.